

PREGÃO ELETRÔNICO

022/2024 (90022/2024 – Numeração Comprasnet)

CONTRATANTE (UASG)

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO E SANEAMENTO (928496)

OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro total e de terceiros para 28 (vinte e oito) veículos da frota do DMAES, com cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura de terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes neste termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, licitação destinada à Ampla Concorrência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (Valor máximo aceitável total)

R\$ 28.310,80 (Vinte e oito mil, e trezentos e dez reais e oitenta centavos).

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **20/09/2024 às 13h** (horário de Brasília) no Portal de Compras do Governo Federal: Comprasnet/Compras.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO/TIPO:

Menor preço / Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

DESTINAÇÃO

Ampla Concorrência

REGIME DE FORNECIMENTO:

Execução Parcelada

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
11. DA RETENÇÃO DO IR NA FONTE.....	24
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24
ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO.....	26
ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	38
ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	45
ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA.....	56

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

EDITAL Nº 032/2024

DMAES – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO E SANEAMENTO – UASG 928496

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº047/2024

Torna-se público que o DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG, sediado à Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-141, por meio do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) Oficial, LÚCIO MAURO GOMIDES, matrícula funcional nº 0507, com auxílio dos servidores Elias Antônio Coutinho, matrícula funcional nº 0561 e Carlos Henrique Marcelo, matrícula funcional nº 0480, Agentes de Contratação designados para a Equipe de Apoio, todos nomeados pela Portaria nº 050/2023, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO, Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro total e de terceiros para 28 (vinte e oito), veículos da frota do DMAES, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas conforme especificações constantes neste termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, licitação destinada à Ampla Concorrência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em ítem único.
- 1.3. As regras referentes à contratação estão estabelecidas neste Edital e Anexos (Termo de Referência), e na Minuta do Contrato, que são documentos que se vinculam.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Poderão participar deste Pregão, quaisquer empresas interessadas, aptas a se habilitarem para o certame.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento do item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. Valor Unitário e Valor Total do Item;
 - 4.1.2. Marca para todos os itens que compõem o objeto;
 - 4.1.3. Fabricante de todos os itens que compõem o objeto;
 - 4.1.4. Descrição de todos os itens que compõem o objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro,

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor proposto para cada item e para o lote.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances deverá ser *de 1,00 % (um por cento) em relação ao valor máximo aceitável*.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11.1. No modo de disputa aberto, adotado nesse certame, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação está disponível a todos os licitantes e constará no resultado.

5.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de até 02:00h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. A Proposta atualizada deverá conter também alguns dados da empresa: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO COM CEP, TELEFONE E EMAIL PARA CONTATO, RESPONSÁVEL LEGAL E CPF.

5.21.6. É facultado o Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou a seu critério por interesse público.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23. O não envio da Proposta atualizada no prazo estabelecido poderá ensejar na não aceitação da Proposta pelo Pregoeiro e a convocação do próximo colocado para negociação.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade este edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou autenticado por qualquer outro meio legitimamente válido.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63 § 1º da Lei nº 14.133/2021).

7.8. A habilitação deverá ser inserida no SICAF, nos documentos por ele abrangidos e poderá ser complementada em diligência.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

3/2018, art. 7º, *caput*).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

7.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam inseridos no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, anexados no momento da inserção da proposta, ou, complementados após a convocação do Pregoeiro, no prazo de até 02 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18. DA HABILITAÇÃO:

7.18.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.18.1.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na JuntaComercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleiaque o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto deautorização.

7.18.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou daconsolidação respectiva.

7.18.1.2. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dosseguintes requisitos:

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.18.1.2.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.18.1.2.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.compras.gov.br ou www.dmaespontenova.mg.gov.br/licitacoes.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Com fulcro no Decreto Municipal nº 12.764/2022 e na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.3.1. advertência;

9.3.2. multa:

a) compensatória e

b) de mora.

9.3.3. impedimento de licitar e contratar e

9.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

9.7. Para efeito deste edital, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

9.8. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I – descumprimento de pequena relevância;
- II – inexecução parcial de obrigação contratual.

9.8.1. Para os fins deste edital, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

9.9. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
 - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

9.9.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

9.9.2. Considera-se inexecução total do contrato:

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

- I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
- II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

9.9.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

- I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;
- II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;
- III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e
- IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

I O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

II retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

III- descontado do valor da garantia prestada;

IV - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou

IV - judicialmente.

9.10. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos;

II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

9.11. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

9.11.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 9.10, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.11.2. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

9.12. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesandose, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

9.12.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 9.12 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

9.12.2. O disposto no subitem 9.12 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

9.13. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.13.1. São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no subitem 8.1.9 deste edital.

9.13.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

I Para efeito de reincidência:

II - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

III - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

IV - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

9.13.2. São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

9.13.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

9.14. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal nº 12.764/2022, reservado ao Município o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Portal de Compras do Governo Federal, Site Oficial do DMAES e e-mail corporativo pregao@dmaespontenova.mg.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA RETENÇÃO DO IR NA FONTE

11.1. Os órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações.

11.2. A obrigação de retenção do IR alcançará os contratos vigentes e as relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e pelas entidades, ressalvadas as exceções previstas na legislação.

11.3. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB n. 1.234/2012.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada Ata da sessão pública no sistema eletrônico e no site Oficial do DMAES.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br/licitacoes.

12.11. Ficam os licitantes/contratados obrigados a manterem os endereços físicos e eletrônico (e-mail) atualizados e, ainda, ficam obrigados a informar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, em caso de quaisquer alterações.

12.12. Presumem-se como lidas as mensagens eletrônicas enviadas aos licitantes/contratados, após 5(cinco) dias úteis do envio, a partir de quando os prazos para manifestações e/ou defesa começarão a correr. As despesas serão pagas com recursos financeiros próprios através de dotação orçamentária do Orçamento Anual vigente, sob a rubrica: **FICHA 848 - 17.512.0050.4016 - 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)**.

12.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.13.1. ANEXO I – Minuta do Contrato.
- 12.13.2. ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços.
- 12.13.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar.
- 12.13.4. ANEXO IV – Termo de Referência.

Ponte Nova (MG), 03 de setembro de 2024.

ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ

Diretor Geral do DMAES

Matrícula Funcional nº 0702

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O DMAES, AUTARQUIA MUNICIPAL, E A
EMPRESA

O DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento, CONTRATANTE, com sede na Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, na cidade de Ponte Nova/Estado de Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 23.802.507/0001-64, neste ato representado pelo Sr. Anderson Roberto Nacif Sodré, Diretor Geral, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.444/2017, de 01 de janeiro de 2017, portador da Matrícula Funcional nº 0702, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede _____, cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo (a) responsável legal: _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, Contato: _____ (tel) ou _____ (e-mail), tendo em vista o que consta no Processo nº _____, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. /....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Código DMAES	CATMAT / CATSER	Especificação	Unidade De Medida	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor total
01								

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Edital da Licitação e seus anexos;
- 1.3.2. A Proposta da contratada;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92. IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Fica designado como fiscal e gestor desta contratação os servidores abaixo relacionados:

3.2.1. **GESTOR:** Carlos Henrique Marcelo, Gestor de Contratos. Matrícula: 481 - e-mail de contato: contratos@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5367.

3.2.2. **FISCAL:** Walter Superbi Toledo, Chefe de Frota, e-mail de contato: frotas@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5384.

3.2.3. Compete ao gestor da ata acima identificado exercer a função administrativa do mesmo, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais que sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

3.2.4. Compete ao fiscal da ata acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, sanar as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92. V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92. V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92. V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, INPC OU IGP, o que for mais vantajoso para o DMAES, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X, XI e XIV)

- 8.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92. XIV, XVI e XVII)

- 9.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

CLÁUSULA DEZ– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.1.1. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do objeto a ser fornecido, incluindo quanto a qualidade, normas sanitárias, ambientais, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA ONZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Com fulcro no Decreto Municipal nº 12.764/2022 e na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa:

- a) compensatória e
- b) de mora.

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

11.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.

11.6. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

11.7. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I – descumprimento de pequena relevância;
- II – inexecução parcial de obrigação contratual.

11.7.1. Para os fins deste contrato, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que: a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
 - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

11.8.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

11.8.2. Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

11.8.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

11.8.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou

IV - judicialmente.

11.9. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

11.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.10.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 11.10, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.11. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

11.12. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.12.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 11.12 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

11.12.2. O disposto no subitem 11.12 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.13. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.13.1. São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto neste edital.

11.13.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

11.13.1.2. Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

11.13.2. São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

11.13.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

11.14. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal nº 12.764/2022, reservado ao Município o direito de determinar a

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

11.15. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DOZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92. VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do DMAES deste exercício, na dotação abaixo discriminada: **FICHA 848 - 17.512.0050.4016 - 3.3.90.390 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)**.

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DEZESSETE – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, renunciando a qualquer outro.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024 (90022/2024 – Numeração COMPRAS.GOV.BR)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA PREÇOS

Empresa: (Razão Social da Empresa)
CNPJ: (Nº de inscrição) **Inscrição Estadual:** (Nº de inscrição)
Endereço: (Endereço completo com CEP) **Contato:** (Telefone, Celular e E-mail)
Responsável Legal: (Nome completo do sócio/administrador) **RG e CPF:** (Nº de inscrição)

Ao DMAES de Ponte Nova – MG

Processo nº: _____

Pregão nº: _____

Objeto: _____

Prezados Senhores,

Pela presente, formulamos Proposta de Preços para o Pregão nº _____ / _____.

LOTE	Item	Especificação	Marca	Unid.	Qtde.	Valor Unitário do item R\$	Valor Total Do item R\$	Valor Total do Lote/Grupo R\$
	01							
	02							
	...							
	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (Por extenso)							R\$ xxxxx,xx

O prazo de validade da presente proposta é de _____ dias, a contar da abertura da mesma.

Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, materiais, pessoal, mão de obra, frete, carga e descarga, embalagens, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças e outros necessários à total e perfeito fornecimento/execução do objeto.

Declaramos haver recebido do DMAES o Edital e seus Anexos, estando ciente de todas as suas normas e exigências, as quais aceitamos da forma como propostas.

Atenciosamente,

Local /UF, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal

NOME / QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL - RG E CPF

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 25/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Contratação de SEGURO total e terceiros para os veículos da frota do DMAES.

- 2.1. A contratação de serviço seguro para a frota do DMAES tem por finalidade atender às necessidades do DMAES, no que tange à segurança patrimonial, de terceiros e de nossos colaboradores tendo a garantia de uma proteção capaz de cobrir as despesas necessárias e imediatas em um evento adverso (sinistro), evitando transtornos para a autarquia.
- 2.2. A necessidade do serviço para a Autarquia: diante do número considerável de veículos leves e pesados usados no processo de captação e distribuição de água, é indispensável a contratação deste serviço.
- 2.3. Portanto, há a necessidade de iniciar um processo de Licitação, na modalidade Pregão (eletrônico), por serem considerados serviços comuns e continuados, ou seja, disponíveis no mercado para contratação a qualquer momento, padronizados, possuindo atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento somente às necessidades do DMAES, para assim atender as demandas do DMAES, assegurando a execução dos serviços realizados pelo Setor de Frotas.

1.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Frotas	Walter Superbi Toledo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. FORMA, PRAZO E LOCAL

- 4.1. O serviço deverá ser imediato durante a vigência do contrato.
- 4.2. Os serviços deverão ser executados, conforme necessidade e exigências do DMAES, com todas as despesas inclusas incluindo material e mão de obra e serviço de táxi em caso de sinistro que impossibilite a locomoção do veículo.
- 4.3. A seguradora deverá disponibilizar um número de telefone de fácil acesso, que receba ligações sem custo para o segurado, tanto de telefones fixo quanto móvel.

Assinado por 1 pessoa: ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaes.pontopenova.1doc.com.br/verificacao/BD69-E478-E8D3-5BE7> e informe o código BD69-E478-E8D3-5BE7



4.4. A seguradora deverá oferecer possibilidade transferência de seguro, de um veículo para o outro, sem custo adicional, mesmo quando não se tratar de veículo 0Km.

4.5. A seguradora deverá realizar vistoria antes da emissão dos cartões de segurado.

4.6. A seguradora deverá prestar pronto atendimento, inclusive quando necessário, no local do sinistro, principalmente quando se tratar de danos a terceiros.

4.7. Como pronto atendimento subentende-se em **até 01(uma) hora** após a solicitação para a solução ou encaminhamento da demanda.

4.8. Os veículos da frota do DMAES, quando não estão em serviço, ficam estacionados/guardados ou na sede administrativa situada à Avenida Ernesto Trivellato, 158, bairro Triângulo, CEP: 35430-141, Ponte Nova/MG. com garagem fechada e descoberta.

5. Levantamento de Mercado

5.1. OPÇÕES DE MERCADO:

Considerando a natureza do objeto, 03 opções se apresentam possíveis:

5.1.1. Contratação de seguradora para a toda frota de veículos do DMAES

5.1.2 A não contratação do seguro veicular e em caso de eventual sinistro, arcar com todas as despesas dos veículos.

5.1.3. Contratação de cooperativas de seguro.

5.2. ANÁLISE DA OPÇÃO MAIS VIÁVEL

5.2.1. A opção 1 se destaca como a opção mais viável, visto que uma contratação de empresa gerenciadora dos seguro de toda a frota de veículos do DMAES, torna-se mais vantajoso tendo em vista a última contratação realizado foi de R\$16.175,43 (dezesseis mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) em se tratando de vinte e oito veículos leves, motocicletas e caminhões. A não contratação de seguro para a frota acarretaria custos ao DMAES em caso de algum sinistro com danos ao patrimônio público e eventuais indenizações a terceiros. Em uma das situações em caso de sinistro a terceiro foi uma colisão envolvendo uma motocicleta (terceiro) e um caminhão do DMAES, onde o motorista foi optou pela indenização do dano pela tabela Fipe valor de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais). Além disso o pagamento da apólice do seguro é feito em uma única parcela com validade de 12 (doze) meses. A contratação por cooperativas de seguros, por ser mais barata, apresenta inúmeras desvantagens pois é baseada no princípio da mutualidade, mas com algumas peculiaridades. Uma delas é que as cooperativas de seguros **não oferecem apólices nem indenizações**, mas sim proteção veicular e rateio, causaria transtornos à Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. No mercado do município existem grande número de seguradoras o que garante a participação de empresas e, consequentemente, o caráter competitivo do certame, resultando em valores mais baixos à administração.

6.2. Sugere-se que seja realizada a contratação dos itens através de Licitação na modalidade Pregão (eletrônico), por serem considerados serviços comuns, ou seja, disponíveis no mercado para contratação a qualquer momento, padronizados, possuindo atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento somente às necessidades do DMAES.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estima-se contratar os serviços descritos na relação abaixo dos veículos da frota do DMAES:

1. Motocicleta YAMAHA/YBR 125K – 2005/2005 – HAU-8284
2. Motocicleta YAMAHA/YBR 125K – 2006/2007 – HBO-3955
3. Motocicleta YAMAHA/YBR 150 Factor ED – 2020/2020 – RFA-5H12
4. Motocicleta YAMAHA/YBR 150 Factor ED – 2020/2020 – RFA-5H15
5. Motocicleta YAMAHA/YBR 150 Factor ED – 2020/2020 – RFA-5H17
6. Caminhonete FIAT/Strada Trek CD 1.6 – 2014/2014 – OXJ-8144
7. Caminhonete FIAT/Strada Trek CD 1.8 – 2006/2006 – HAV-3709
8. Caminhonete FIAT/Strada Working CD 1.4 – 2013/2013 – OQQ-7428
9. Caminhonete FIAT/Strada Working CD 1.4 – 2016/2016 – PYG-4619
10. Caminhonete FIAT/Strada Working CD 1.4 – 2016/2016 – PYG-4621
11. Caminhonete FIAT/Strada Working CD 1.4 – 2016/2016 – PYG-4623
12. Caminhonete MMC/L200 Triton 2.4 HLS – 2014/2014 – OXF-1031
13. FORD/F350G – 2008/2008 – HEM-5685
14. FORD/F350G – 2010/2011 – HML-1575
15. FORD/CARGO 815E – 2006/2006 – HEM-4320
16. FORD/CARGO 816S – 2017/2017 – QMQ-6871
17. IVECO/DAILY 45-170CS – 2021/2022 – RNT-6E89
18. IVECO/TECTOR 170E28 Caminhão Basculante – 2020/2020 – RFF-3C06
19. IVECO/TECTOR 170E28 Caminhão Pipa – 2020/2020 – RFF-3C08
20. MERCEDES BENS/710 – 2002/2002 – GXI-7604
21. VW 18-160 – DRC 4X2 – Com retroescavadeira – 2013/2014 – OXC-1753
22. FORD/CARGO 1719 Caminhão Pipa – 2016/2016 – PWV-6607
23. VW/GOL 1.0L MC4 – 2018/2019 – QPJ-1906
24. VW/GOL 1.0L MC4 – 2018/2019 – QPJ-1911
25. VW/VOYAGE 1.6L AF5 – 2018/2019 – QPJ-1897
26. VW/9.180 DELIVERY 2023-2024 – GTN-1I89
27. Motocicleta HAOJUE/DK160 FI

28. Motocicleta HAOJUE/DK160 FI

7.1.1. O contrato de seguro terá uma vigência inicial de 12 (doze) meses contar da data da sua celebração, podendo ser continuamente renovado, observado o limite decenal (10 anos) e se comprovada sua vantajosidade econômica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, artigo 107.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 20.000,00

8.1. Estima-se que serão gastos R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a contratação.

8.2. Considerada a contratação anterior, de mesma natureza, referente ao Processo 037/2019, Pregão Presencial 025/2019, Contrato 027/20192, de R\$20.000,00 (vinte mil reais)

8.3. O valor acima considera a possibilidade de uma vigência de 12 (doze) meses do correspondente Contrato 027/2019, prorrogável por igual período, forte na Lei nº 14.133/2021, artigo 107.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

9.2. A aquisição por itens, em vez de por lotes, está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quando os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados possuem características distintas, tornando o julgamento por item mais vantajoso. Justifica-se a contratação por item, tendo em vista que o item engloba todos os veículos da frota do DMAES, uma vez que essa modalidade permite maior competitividade e a possibilidade de obter propostas mais vantajosas.

9.5. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação seja realizada por item, pois essa abordagem favorece tanto a execução quanto o controle do serviço contratado, garantindo a melhor relação custo-benefício para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação em questão encontra alinhamento com as compras anuais da autarquia. Contudo, deixa-se de vinculá-la ao Plano Anual de Contratação 2024 visto que este não foi

elaborado em razão da adesão à Lei nº 14.133 /2021, conforme regulamentação municipal, após o prazo para tanto.

11.2. De toda forma, a despesa em questão encontra previsão e orçamento suficientes na Lei Orçamentária Anual 2024, devidamente aprovada em âmbito legislativo.

12. Análise de Riscos

12.1. Tendo em vista a natureza dos itens que se pretende adquirir, bem como a modalidade de execução da contratação, avaliam-se os seguintes possíveis riscos.

RISCOS	GRAU	MEDIDAS A SEREM ADOTADAS
Licitação frustrada ou deserta.	ALTO	Realizar dispensa da licitação por não ter acudido interessados em licitação anterior, obedecendo todos os requisitos da licitação.
Empresa detentora do contrato não cumprir com a obrigação de executar os serviços no prazo estipulado ou com características técnicas diferentes das solicitadas.	ALTO	Notificar via Gestor de Contratos a empresa, oferecer o prazo legal para resposta e em caso de não solução proceder com abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
Atraso ou suspensão no processo licitatório em fase de licitação.	MÉDIO	Observar todos os requisitos dos documentos de demanda para evitar quaisquer erros para tentar minimizar riscos de impugnações que gerem suspensões ou atrasos.
Processo paralisar em qualquer fase.	BAIXO	Requisitante acompanhar os trâmites pelo 1º Doc, visto a urgência do processo.
Falta de saldo orçamentário em ficha específica.	BAIXO	Marcar o Assessor de Orçamento no início do processo para que ele tenha conhecimento do valor e possa se organizar para garantir a estimativa do impacto orçamentário.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação de seguro trará mais segurança patrimonial, terceiros e colaboradores com a garantia de proteção capaz de cobrir todas as despesas necessárias e imediatas em algum evento adverso (sinistro), afim de evitar transtornos para a autarquia. A contratação continua que se pretende, implicará, em economicidade, ao evitar problemas emergenciais não programados.

14. Providências a serem Adotadas

1. 14.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços através de um servidor designado, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça a qualquer uma das cláusulas estabelecidas no Termo de Referência.
2. 14.2. Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados.
3. 14.3. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Termo de Referência.
4. 14.4. Comunicar à detentora do contrato, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que não seja repetido.

15. Possíveis Impactos Ambientais

- 15.1. Impactos ambientais não observados para esta contratação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Visando a segurança patrimonial e de terceiros em eventual sinistro, torna-se viável a contratação do seguro para toda a frota do DMAES.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALTER SUPERBI TOLEDO

Chefe da Frota

ELIANA FELICIO VIEIRA
Auxiliar Administrativo



ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 34/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2024	928496-DEPARTAMENTO MUN.DE ÁGUA,ESGOTO E SANEAMENTO	ELIANA FELICIO VIEIRA	30/08/2024 14:11 (v 10.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		xy

1. Definição do objeto

- 1.1 Contratação de empresa para a prestação do seguro total e de terceiros para 28 (vinte e oito), veículos da frota do DMAES, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes neste termo de referência.
- 1.2 As especificações, códigos, unidades, quantidades e valores para cada item foram descritos na tabela abaixo:

Lote	Código	CATMAT / CATSER	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Fict
01	52246	30127	Contratação de empresa para a prestação do seguro total e de terceiros para 28 (vinte e oito), veículos da frota do DMAES,	SV	01	28.310,80	28.310,80	848

- 1.3. A vigência inicial da presente contratação será de 12(doze) meses, havendo a possibilidade de prorrogação, conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.4. A presente contratação será celebrada por meio do rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e todos os regulamentos que dela emanem.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A contratação da prestação de serviço de seguro dos veículos que já compõem a frota de veículos do DMAES, é uma necessidade para garantir a segurança patrimonial a fim de proporcionar maior segurança no caso de envolvimento dos veículos e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, e ainda visa a restituição financeira por danos causados, além de garantir assistência 24 horas para os respectivos veículos próprios e veículos de terceiros, seus ocupantes em todo território nacional.

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS FERREIRA TOLEDO e ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaes.pontenova.1doc.com.br/verificacao/50189-DE-CO-HEBDO-GBB7> e informe o código 75B698E629F5E036B8E7

2.2. Considerando a probabilidade de ocorrer acidentes de trânsito e/ou outros sinistros, e considerando as diversas prestação de serviços, viagens, exercidos pelos servidores que utilizam os automóveis e caminhões na realização dos serviços, faz-se necessário contratar o serviço de seguro total e terceiro para os veículos leves e pesados, como forma de reduzir o risco de perda patrimonial.

2.3. A escolha dos critérios de qualidade estabelecidos no presente Termo de Referência tem por base a incessante busca da Administração pela contratação da proposta mais vantajosa. Segundo a doutrina especializada, proposta mais vantajosa é aquela que oferece a melhor qualidade pelo menor preço.

2.4 Consta no ETP descrição pormenorizada das razões que fundamentam a solução eleita como mais adequada e viável.

2.5 O objeto da contratação não está previsto no plano anual de contratações, pois o DMAES está elaborando o primeiro plano neste exercício, para o exercício de 2025. Porém, está previsto na Lei Orçamentária Anual 2024, contendo rubrica específica que contemple a despesa em questão.

3. Descrição da solução

3.1 Descrição pormenorizada da solução como um todo encontra-se nos itens 5 e 6 (em anexo) do Estudo Técnico Preliminar 25/2024, que compõe os termos do presente Termo de Referência como se seu anexo fosse.

3.2 Trata-se de quantitativo obtido através do levantamento dos veículos atualmente pertencentes à frota do DMAES, sem prejuízo de posteriores acréscimos, observado o limite legal estabelecido na Lei nº 14.133/2021, notadamente o artigo 124 e seguintes.

3.3 Sugere-se que seja realizada a aquisição dos itens através de Licitação na modalidade PREGÃO (eletrônico), critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, por serem considerados itens comuns, ou seja, itens disponíveis no mercado para compra ou contratação a qualquer momento, padronizados com atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento às necessidades do DMAES, ou seja, os itens estão prontos a satisfazer necessidades de qualquer órgão público.

3.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 12.765/2022.

3.6 Os bens que se pretendem adquirir enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7 Fora verificado o Critério da Padronização, uma vez que as descrições dos itens são as mesmas solicitadas anualmente, que atendem satisfatoriamente às demandas dos requisitantes.

4. Requisitos da contratação

4.1 A contratação de empresa para prestação do serviço de SEGURO TOTAL de 28 (vinte e oito) veículos pertencentes à frota do DMAES, com cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquias obrigatórias, franquias para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, contemplando as coberturas estabelecidas na tabela de veículos em anexo a este Termo de Referência.

4.2 Será vedada a participação de cooperativas de seguros, mas, sim empresas especializadas no serviço de seguro veicular, devidamente licenciadas para tanto.

4.3 O canal de comunicação para aviso de sinistro disponibilizado pela CONTRATADA deverá estar à disposição 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, podendo ser via e-mail, telefone/whatsapp ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

CASCO

Valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o percentual de 100% da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto;

Assinado por 2 pessoas: ANDRESON ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/>

RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF)

Valor para indenização de danos materiais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

ACIDENTE PESSOAL PASSAGEIRO (APP)

Valor para indenização morte por pessoa: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE VEÍCULOS

A qualquer tempo, durante a vigência contratual, o DMAES se reservará no direito de incluir ou excluir veículos do contrato, diminuindo ou aumentando a quantidade, conforme as suas necessidades e dentro dos limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

COBERTURA E ASSISTÊNCIA

a) O seguro automotivo deverá compreender as seguintes coberturas:

b) Cobertura de colisão, incêndio, roubo e furto.

c) A Seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, incluindo as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:

d) Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa destes.

e) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento, ainda que com veículos do próprio DMAES, e capotamento;

f) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

g) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

h) Acidente durante o transporte do veículo por outro apropriado;

i) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo; j) Granizo, furacão e terremotos;

k) Danos causados durante o período em que esteve em poder de terceiros, em consequência de roubo ou furto;

l) Responsabilidade civil (RCF – Danos Materiais e corporais);

m) Acidente pessoal (APP – Morte ou invalidez);

n) Cobertura de vidros, inclusive para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores;

o) Assistência em viagem: Atendimento 24 horas;

p) Assistência 24 horas: Com guincho sem limite de quilometragem em todos os Estados e DF brasileiro;

q) Acessórios: conforme especificado em contrato e apólice

DAS FRANQUIAS

A franquia será na modalidade obrigatória, devendo ser observado o valor máximo que não poderá ser ultrapassado, conforme especificado em contrato e apólice. A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio) e outras variáveis. Os valores de franquias considerados exclusivamente para ocorrência de sinistros com substituição unicamente de itens como: para-brisas frontais e vidro traseiro, vidro lateral retrovisores, faróis, lanternas, não serão cumulativas com a franquia que trata neste Termo de Referência. Serão analisadas as menores franquias praticadas pelo mercado. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS FERREIRA TOLEDO e ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontnova.1doc.com.br/verificacao/5011117-15011117> e informe o código 7519698562919503658B7

Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

As demais coberturas, riscos cobertos e não cobertos e condições gerais de fornecimento do serviço de seguro deverão ser aquelas reguladas no “Manual do Segurado – condições gerais aplicáveis a todas as coberturas”, o qual acompanha a apólice e são registradas na Superintendência de seguros privados – SUSEP, idênticas às aplicáveis a contratação de seguro automotivo por particulares, nos termos do art. 40, I da Lei Federal nº 14.133/21. Deve, ainda, obedecer integralmente às normas contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, na qualidade do DMAES como usuário final dos serviços.

DA APÓLICE

A apólice deverá ser emitida em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do empenho pela CONTRATADA, acompanhada das condições gerais do seguro.

Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a data do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA, ainda que não emitida ainda a apólice, devendo a CONTRATADA fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro, entre a data do recebimento da nota de empenho e a emissão da apólice do seguro.

O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho, podendo ser prorrogado caso conveniente e vantajoso para a Administração nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

DO ENDOSSO

Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo DMAES e processada pela Termo de Referência, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte do DMAES

DO BÔNUS

A participante do certame, independente de ser ou não a prestadora de serviços atual, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, considerando em suas propostas de preços o bônus a conceder informado deste termo de referência, para o próximo período da vigência das apólices.

O serviço de seguro veicular, objeto deste Termo de Referência, devem atender às especificações técnicas e os quantitativos constantes do Anexo I,

A CONTRATADA será responsável pela garantia de cada item trocado, após o sinistro, conforme a validade da fabricante. Prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses, para peças e componentes, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento provisório, pelo CONTRATANTE, considerando tratar-se de prática de mercado.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, este certame observará os critérios elencados na Instrução NormaCva nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, de que os materiais/insumos apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal); seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obedecendo as seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

NATUREZA DO OBJETO

Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração. Em atenção ao art. 20 da Lei 14.133/2021, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os serviços descritos neste termo não possuem características de bem de luxo, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS FERREIRA TOLEDO e SANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaes.pontenova.1doc.com.br/verificacao/601899-85-C78-F8B5D3-43B1E7> e informe o código 75B98985E628F850A365B8E7

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. O serviço de seguro deverá ser prestado na unidade do DMAES, endereço Av. Ernesto Trivellato, 158 - B. Triângulo Ponte Nova - MG - CEP:35430-141.

5.2. A vigência do seguro para a frota de veículos contratado será de 12(doze) meses, contados a partir de data da contratação, havendo possibilidade de prorrogação, conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

5.3. O prazo para o início da prestação dos serviços ocorrerá a partir das 0(zero) hora do dia posterior à assinatura do contrato pelo representante da seguradora.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 A gestão e fiscalização da despesa a ser celebrada competirão aos seguintes servidores:

6.1.1 GESTOR DE CONTRATOS: Carlos Henrique Marcelo, Gestão de Contratos, e-mail de contato: contratos@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5367.

6.1.2 FISCAL DA CONTRATAÇÃO: Walter Superbi Toledo, Chefe da Frota, e-mail de contato: frotas@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5384

6.2 Compete ao Gestor de Contratos acima identificada exercer a função administrativa da mesma, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais que sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência e estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro

6.3 Compete ao Fiscal da Contratação acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações à gestora de contratos, atestar e receber documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, sanar as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

6.4 O Contrato Administrativo a ser celebrada terá vigência inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de sucessivas renovações, observado o limite decenal estabelecido no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, visto tratar-se de serviço continuado.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 O pagamento da apólice será efetuado em parcela única. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

7.2 Os prazos que perfazem o processo para pagamento serão os seguintes:

I – 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II – 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

§ 1º Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

§ 2º Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos de que dos incisos I e II do caput serão reduzidos pela metade.

Assinado por 2 pessoas: ANTONIO CARLOS DE SOUZA ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/501889-85-C78-HEB5D3-63B1E7> e informe o código 75B698E6289F50A368B7

§ 3º O prazo de que trata o inciso I do caput e o § 2º deste item poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

§ 4º O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do caput e o § 2º deste item.

§ 5º Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.3 Nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF no Tema nº 1.130 de repercussão geral e do art. 2º-A da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145 de 26/06/2023, pertence aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações, a pessoa física ou jurídica contratada para o fornecimento de bens ou para a prestação de serviços, conforme previsto nos artigos 158, inciso I e 157, inciso I da Constituição Federal.

7.3.1 Para cálculo da retenção do Imposto de Renda deve-se observar os percentuais a serem aplicados sobre o valor total da compra ou serviço, conforme o caso, contidos no Anexo I da IN RFB 1234/2012, que pode ser obtido através do link: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200>. Além disso, deve-se considerar o Decreto Municipal nº 13.131/2023 que regulamentou a questão em âmbito municipal e autorizou a retenção do IRRF com valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

7.3.2 No documento fiscal emitido pelo fornecedor deve ser observado, obrigatoriamente, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF obtido pelo percentual aplicado sobre o total da compra ou serviço, conforme determina o art. 2º, §6º da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023. Quando houver a emissão de boleto e/ou fatura para pagamento o valor a pagar deve corresponder exatamente ao valor líquido considerando o abatimento da retenção do IRRF.

7.3.3 O valor do imposto sobre a renda retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte e poderá ser compensado ou deduzido por aquele que sofreu a retenção, observadas as regras determinadas no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

7.3.4 Caso o fornecedor se enquadre em algumas das hipóteses de isenção, não incidência ou alíquota zero, conforme prevê o art. 4º da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023, deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção do IR no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.3.5 Caso o fornecedor seja uma instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 ou de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deverá declarar ao DMAES a condição de imunidade e isenção através da declaração respectiva ao caso, conforme anexos II e III da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 2º dessa instrução normativa, no ato da assinatura do contrato e/ou renovação, mediante declaração assinada pelo seu representante legal, a qual poderá ser apresentada eletronicamente e assinada por meio do certificado digital (ICPBrasil), sob pena de sofrer a retenção pelo descumprimento da exigência legal.

7.3.6 Se o fornecedor for optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá declarar tal condição, utilizando-se da declaração constante no anexo IV da IN RFB 1234/2012, no ato da assinatura do contrato e/ou renovação, mediante declaração assinada pelo seu representante legal, a qual poderá ser apresentada eletronicamente e assinada por meio do certificado digital (ICPBrasil).

7.3.7 Caso o fornecedor no decorrer do contrato deixe de cumprir os requisitos legais para imunidade, isenção ou não incidência do IRRF, deve informar formalmente tal condição ao DMAES por meio do fiscal e gestor do contrato, sob pena de arcar com as penalidades administrativas, civis e criminais pelo descumprimento das citadas disposições legais e das regras do presente edital.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 Sugere-se que seja realizada a aquisição dos itens através de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento menor preço por item, por serem considerados itens comuns, ou seja, itens disponíveis no mercado para compra ou contratação a qualquer momento, padronizados com atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento às necessidades do DMAES, ou seja, os itens estão prontos a satisfazer necessidades de qualquer órgão público.

Exigências de habilitação

8.2 Conforme o edital de licitação, modalidade pregão eletrônico.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 28.310,80

9.1 O valor estimado da solução escolhida é de **R\$ 28.310,80 (vinte e oito mil, trezentos e dez reais e oitenta centavos)** considerando a última contratação no valor R\$16.175,43 (dezesseis mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) para toda a frota de veículos do DMAES.

9.2 Esta estimativa refere-se à prestação do serviço de seguro veicular para a frota do DMAES, pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade do futuro contrato ser aditivado sucessivamente, observado o **limite decenal** estabelecido no **artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, visto tratar-se de serviço continuado**.

9.3 Sugere-se que o preço de referência seja disponibilizado para consulta quando da publicação do Edital Convocatório, visto ser ato este inaugural da fase externa do procedimento licitatório.

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento na seguinte dotação:

FICHA 848 - 17.512.0050.4016 - 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Requisitante.

WALTER SUPERBI TOLEDO

Chefe da Frota/DMAES

Assinado por 2 pessoas: WALTER SUPERBI TOLEDO e ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/>

ANDERSON ROBERTO NACIF SODRE
Autoridade competente

Assinado por 2 pessoas: ANWAEHS0 SUPPHEER TO INAD0F0S0NDHEERSON ROBERTO NACIF SODRÉ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/P00H00-0E-C00-HE000-0-0B01E7> e informe o código 750608E020HE0003600E7



Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Placas para Seguro - DMAES 2024.pdf (41.53 KB)

Anexo I - Placas para Seguro - DMAES 2024.pdf

Placa/Final Chassi	Renavam	Ano/Modelo	Fabricante/Linha/Modelo	Portas	Cód.Fipe	Combustível	Passageiros	Tipo Seguro
GXI-7604/2B296374	00781128196	2002/2002	MERCEDES BENZ CAMINHÃO 710 4X2	02	5090326	DIESEL	03/Cabine Auxiliar	TERCEIRO
HEM-4320/6BB83619	00908201826	2006/2006	FORD CARGO CAMINHÃO 815E TURBO 4X2	02	5040868	DIESEL	03/Cabine Auxiliar	TERCEIRO
QMQ-6871/HBS42472	01125505521	2017/2017	FORD CARGO CAMINHÃO 816 E5 4X2	02	5041341	DIESEL	03/Cabine Auxiliar	TERCEIRO
OXC-1753/ER414650	00999425935	2013/2014	VOLKSWAGEN CAMINHÃO 8.160E DELIVERY E5 4X2	02	5151325	DIESEL	03/Cabine Auxiliar	TOTAL
HEM-5685/8B053225	00973906642	2006/2006	FORD CAMINHÃO F350 3,9 TURBO 4X2 (CUMMINS)	02	5040736	DIESEL	03/Cabine Auxiliar	TERCEIRO
HML-1575/BB084527	00285070797	2010/2011	FORD CAMINHÃO F350 3,9 TURBO 4X2 (CUMMINS)	02	5040736	DIESEL	03/Cabine Auxiliar	TERCEIRO
PWV-6607/GB590936	01067030856	2015/2015	FORD CAMINHÃO CARGO 1719 E5 TURBO 4X2	02	5041376	DIESEL	03	TOTAL
OXF-1031/FCE90229	01003288135	2013/2014	MITSUBISHI L200 PICK-UP CAB.DUPLA TRITON HLS 2.4 16V FLEX	04	221309	GASOLINA/ETANOL	05	TOTAL
OXJ-8144/E7822942	01007302612	2014/2014	FIAT STRADA CD TREKKING 1.6 16V FLEX	03	13889	GASOLINA/ETANOL	04	TOTAL
PYG-4619/GB112090	01095590828	2016/2016	FIAT STRADA CD WORKING 1.4 8V FLEX	03	12939	GASOLINA/ETANOL	04	TERCEIRO
PYG-4621/GB112047	01095591131	2016/2016	FIAT STRADA CD WORKING 1.4 8V FLEX	03	12939	GASOLINA/ETANOL	04	TERCEIRO
PYG-4623/GB112017	01095591344	2016/2016	FIAT STRADA CD WORKING 1.4 8V FLEX	03	12939	GASOLINA/ETANOL	04	TERCEIRO
OQQ-7428/D7708882	00566540169	2013/2013	FIAT STRADA CD WORKING 1.4 8V FLEX	02	12939	GASOLINA/ETANOL	04	TERCEIRO
HAV-3709/62502224	00876624760	2006/2006	FIAT STRADA TREKKING 1.8 FLEX	02	12173	GASOLINA/ETANOL	02	TERCEIRO
QPJ-1906/KT059850	01168389370	2018/2019	VW/GOL 1.0 12V FLEX	05		GASOLINA/ETANOL	05	TOTAL
QPJ-1911/KT057808	01168389515	2018/2019	VW/GOL 1.0 12V FLEX	05		GASOLINA/ETANOL	05	TOTAL
QPJ-1897/KT010965	01168388896	2018/2019	VW/VOYAGE 1.6 16V MSI (Câmbio Automático)	05	5501/8	GASOLINA/ETANOL	05	TOTAL
HAU-8284/50099696	00848228812	2005/2005	YAMAHA YBR 125K	00	8270406	GASOLINA	02	TERCEIRO
HBO-3955/70069741	00907387411	2006/2007	YAMAHA YBR 125K	00	8270406	GASOLINA	02	TERCEIRO
GTN-1I89/RR074243	01383749750	2023/2024	VW/DELIVERY 9.180	02	515185-6	DIESEL S10	03/Cabine auxiliar	TOTAL
RNT-6E89/N8498624	01272684188	2021/2022	IVECO/DAILY 45-170CS	02	089010-3	DIESEL S10	03/Cabine auxiliar	TOTAL
RFA-5H12/L0032372	01228647574	2020/2020	YAMAHA/YBR150 FACTOR ED	00	827099-6	GASOLINA	02	TOTAL
RFA-5H15/L0031722	01228648082	2020/2020	YAMAHA/YBR150 FACTOR ED	00	827099-6	GASOLINA	02	TOTAL
RFA-5H17/L0031719	01228646586	2020/2020	YAMAHA/YBR150 FACTOR ED	00	827099-6	GASOLINA	02	TOTAL
RFF-3C06/L8938215	01232664690	2020/2020	IVECO/TECTOR170E28 Basculante	02	506162-8	DIESEL S10	03/Cabine auxiliar	TOTAL
RFF-3C08/L8938238	01232665336	2020/2020	IVECO/TECTOR 170E28 - Tanque	02	506162-8	DIESEL S10	03	TOTAL
Moto 0Km/M204246	000	2024/2025	DK160	00	000	GASOLINA	02	TOTAL
Moto 0Km/M204448	000	2024/2025	DK160	00	000	GASOLINA	02	TOTAL

Assinado por 2 pessoas: ANDRÉ LUIZ RIBEIRO TOINATO e ROBERTO NACIF SODRÉ

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dnmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/25333-85-C79-HHNDV3-6B1E7-e-informe-o-contido-23269985-93-FE503658>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7568-85C9-FB5A-6B0B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WALTER SUPERBI TOLEDO (CPF 583.XXX.XXX-34) em 30/08/2024 14:16:09 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ (CPF 035.XXX.XXX-05) em 30/08/2024 16:05:21 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/7568-85C9-FB5A-6B0B>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BD69-E478-E8D3-5BE7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ (CPF 035.XXX.XXX-05) em 03/09/2024 16:56:54 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/BD69-E478-E8D3-5BE7>